

Veja

23/7/1986

Brasil

Inimigos do governo

Sob o impacto da tragédia de Leme, em meio a uma crescente onda de greves pelo país, o Planalto vai ao ataque contra o PT

Na madrugada de sexta-feira 11 de julho, uma bala calibre 38 perfurou o coração do bóia-fria Orlando Correia, 22 anos, e outro tiro atravessou o tórax da empregada doméstica Sibely Aparecida Costa, 16. Na semana passada, o inquérito que apura as duas mortes ocorridas em Leme, a 192 quilômetros de São Paulo, durante um confronto de trabalhadores rurais em greve com a polícia, já havia passado pelas mãos de três delegados, envolvera a cúpula do aparelho policial do país e provocara pronunciamentos de quatro ministros de Estado. Até agora, no entanto, a polícia não conseguiu apontar os culpados. Também não se dispunham de provas para incriminar deputados e militantes do Partido dos Trabalhadores — que, segundo a polícia, teriam disparado os tiros que incendiaram o confronto entre os bóias-frias e os soldados da PM, encerrado com sete feridos a bala e 22 pessoas hospitalizadas, além dos dois mortos.

O episódio de Leme, pelas acusações mútuas que provocou entre representantes do governo e políticos e sindicalistas ligados ao PT e à Central Única de Trabalhadores (CUT), cristalizou um conflito que ganha corpo desde a posse do presidente José Sarney. Um ano e meio depois de encerrado o ciclo militar, observa-se que no país convivem duas entidades de natureza desigual e movimentos incompatíveis: o Palácio do Planalto, de um lado, o PT e a CUT, de outro — e que estes últimos estão na posição de inimigos declarados do governo. A CUT entrou na arena, a princípio, com uma proposta de greve geral no país e, há dias, exortou os trabalhadores rurais a uma sublevação — a ocupação ilegal de terras. O governo reagiu com palavras duras a essas propostas, mas nada ocorrera até agora que destampasse de forma tão visível a boca do caldeirão em que as desavenças entre ambos os lados vinham sendo cozidas em fogo relativamente brando. Leme provocou uma explosão.

DETALHE ESSENCIAL — "A violência não constrói", afirmou o presidente José Sarney, num discurso em Campinas, na terça-feira, acompanhado pelo cardeal dom Agnello Rossi, prelado brasileiro que ocupa um alto posto no Vaticano. Dias depois, Sarney disse ter-se convencido de que o PT optou pela violência e pela luta armada, abandonando a trajetória que seguia até agora, na qual conquistou a prefeitura de Fortaleza, quinta maior cidade do país, e formou uma magra bancada de cinco deputados federais. "Os conflitos de Leme obviamente foram provocados por setores que se opõem ao convívio democrático: organizações totalitárias e antidemocráticas", afirma o ministro da Justiça, Paulo Brossard, afinado porta-voz político do governo. "Estão querendo nos levar à ilegalidade", responde Luís Ignácio Lula da Silva, presidente do PT. "Não pregamos nem praticamos a luta armada. Em Leme, o que houve foi a polícia massacrando os trabalhadores, e agora querem esconder esse fato."

Ainda não se sabe até onde o governo pretende pressionar o PT, e até que ponto procedem os temores do Palácio do Planalto a respeito da existência de um projeto de luta armada no país, refletido no conflito de Leme. Sabe-se, com certeza, que o quebra-cabeça criado pelo tiroteio continua de pé. Pior ainda, a respeito de um detalhe essencial, andou para trás, quando o motorista Orlando de Souza, que dirigia um ônibus carregando 43 bóias-frias a caminho da usina Criciumal e teve seu trajeto barrado por um piquete de 800 grevistas, refez depoimento que prestara anteriormente à polícia. No dia do conflito, Souza disse que vira uma mão sair de dentro de um Opala da Assembléia Legislativa a serviço da liderança do PT e disparar um tiro de revólver. "Eu estava abaixado, só sei que os tiros vieram quando o Opala passou por nós,

mas não sei se vieram de seu interior", corrigiu o motorista. Outras duas testemunhas que estavam dentro do ônibus também mudaram suas declarações. "Não vi nada, pois estava com a mochila sobre o rosto", afirma José Henrique Cafasso. Na sexta-feira, seis testemunhas ouvidas em Leme disseram que apenas soldados da PM deram tiros durante o conflito.

ÀS ESCONDIDAS — Na falta de investigações mais rigorosas e rápidas que possam levar enfim aos culpados, a batalha de Leme patinava, na semana passada, sobre duas versões contraditórias, a do governo e a do PT. É certo que três deputados do partido, além de Paulo Azevedo, candidato da agremiação a vice-governador de São Paulo, estavam em Leme, e bem no meio dos grevistas. Eles, no entanto, alegam que lá se postaram para tentar contornar algum acesso eventual de violência — e isso a chamado dos próprios trabalhadores em greve. Não se compreende, porém, por que o Opala da liderança do PT transitava pela cidade com uma chapa fria. Embora seja freqüente que automóveis de parlamentares utilizem placas desse tipo, o recurso só costuma ser acionado por pessoas que desejam fazer alguma coisa às escondidas, seja um passeio com a família às custas do contribuinte, seja uma ação ilegal.

No estágio atual das investigações, algumas autoridades podem ter emitido declarações apressadas sobre o episódio, sem que se ouça, em contrapartida, uma cobrança firme a respeito dos rumos ziguezagueantes que o inquérito tomou. "As informações que recebemos são preocupantes, porque dias antes alguns segmentos tinham falado que iam adotar a violência como forma de obter vantagens", afirmou, dois dias depois dos incidentes, o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel. "São fatos que devem ficar interligados." Na mesma tecla bateu o ministro Paulo Brossard, que chegou a acusar o PT de pressionar testemunhas para modificar seus depoimentos — algo que os próprios envolvidos se encarregaram de negarem suas aparições posteriores perante o delegado que cuida das investigações. "Vamos responsabilizá-los por calúnia e difamação", afirma o advogado petista Luís Eduardo Greenhalgh, que passou o fim de semana em Leme na companhia do deputado Eduardo Suplicy, candidato ao governo de São Paulo, realizando investigações por conta própria. "Queremos a verdade", afirma Suplicy.

NA MESMA TRILHA — Nesse fogo cruzado, coube ao ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, promover um autêntico apelo à razão. "Há investigações e acusações mútuas. O melhor que temos a fazer é proceder às investigações e à aplicação da punição que a lei prescreve. Bem apurar, para melhor punir", afirmou o general Leônidas. Em São Paulo, o presidente do PT, Luís Ignácio Lula da Silva, promete manter seu bloco na mesma trilha, enquanto se aguarda o resultado do inquérito. "O PT continuará agindo sempre que for chamado a isso pelos trabalhadores", disse ele. Na chefia de um conjunto habitacional onde moram sindicalistas com real liderança nas fábricas, grupos políticos capazes de ações armadas, como o PCBR, autor de assaltos a bancos na Bahia, além de uma fração composta por intelectuais, Luís Ignácio comanda um conglomerado político capaz de andar em várias direções — mas esses caminhos desembocam sempre no combate ao governo.

O PT não gostou do Plano Cruzado, que classificou como arrocho salarial, desprezou a reforma agrária, considerando-a moderada demais, e até boicotou o Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves e José Sarney para a chefia do país. Da mesma forma que nada daquilo que o presidente Sarney faz agrada à estrela petista, os movimentos da legenda já não agradam nem mesmo a antigos companheiros de Luís Ignácio nos sindicatos do ABC, hoje instalados no governo da Aliança Democrática. "O PT aproveita-se de determinadas situações para radicalizar", afirma o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto.

Na semana passada, a ação do PT caminhava sobre novas complicações. Inquietos com o agitado panorama de greves que se desenha pelo país, no qual as 145 paralisações do último mês já superaram as de junho de 1985, o governo e os empresários endureceram suas posições. Nos últimos dias, 60 000 operários cruzaram os braços, espalhados por empresas

como a Siemens, em São Paulo, a Brastemp, em São Bernardo, ou a Belgo-Mineira, em Minas Gerais — num quadro que não apresenta perspectiva de refluxo nos próximos dias. De Brasília, partiu a orientação para os governos estaduais dissolverem piquetes formados nas portas das fábricas e, em São Paulo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) decidia processar na Justiça os sindicatos que não liberassem as portas das empresas para quem quisesse trabalhar. "As greves obedecem a uma orientação política", afirma o diretor da entidade Roberto Della Manna. Numa conferência aos empresários paulistas, na mesma FIESP, o candidato do PMDB ao governo de São Paulo, Orestes Quércia, anunciou que, se for eleito, irá agir com severidade contra piqueteiros.

PLANO MINADO — As greves em curso agridem o governo não apenas pelos problemas políticos que lhe causam ou pela postura de hostilidade que o PT, a CUT e sindicatos exibem em relação a Brasília ao assumirem, claramente, a posição de inimigos do Palácio do Planalto. O movimento atual bate duro também — e talvez até principalmente — num dos pilares da política econômica seguida a partir do Plano Cruzado, que prevê, com a mão esquerda, a contenção dos preços e, com a direita, a contenção dos salários. No lado oposto ao ocupado por empresários que reivindicam o descongelamento dos preços de suas mercadorias, os grevistas minam o plano econômico do governo, inaugurado em 28 de fevereiro ao exigir salários maiores do que os que recebem. Muitos de seus líderes insatisfeitos, apostam num rápido malogro do pacote econômico. "Até as eleições de novembro, o plano naufraga", aposta Geraldo Cândido da Silva, presidente da CUT no Rio de Janeiro. "Até lá, o governo, para não se desmoralizar, vai tentar segurá-lo a qualquer custo."

Em Brasília, o ministro Dilson Funaro, da Fazenda, advertia na semana passada para os riscos existentes nas reivindicações e exigências que vão contra os objetivos do plano que leva a sua assinatura. "Qualquer aumento brusco nos custos afeta o congelamento", diz. "O essencial é manter o salário real, e por isso é preciso mais compreensão da parte de todos," Há dez dias, a fábrica de brinquedos Trol, propriedade de Funaro, que, dentro do governo, é um dos mais duros adversários dos aumentos salariais, teve de enfrentar a nova situação. Antecipando-se a uma mobilização dos 2 600 funcionários, precipitou o anúncio de um aumento de 12,5% para seus empregados, escapando, dessa forma, a uma ameaça de greve. "Nossa política salarial previa isso no orçamento deste ano", afirma Floriano Conrado do Amaral Gurgel, diretor financeiro da Trol.

As greves atingem o ponto nevrálgico do Plano Cruzado porque não se destinam à recuperação de perdas salariais por conta da inflação. Se é certo que, desde o início da reforma da economia, os preços tiveram um salto de 4%, as greves estão conduzindo, quando suas reivindicações são atendidas, a um avanço significativo dos ganhos salariais. Em São Paulo, por exemplo, um em cada quatro metalúrgicos conseguiu, nos últimos seis meses, um aumento real de 10% nos salários. Em algumas empresas, como a Telequipo, de São Paulo, a paralisação levou a indústria, na semana passada, a reforçar o holerite dos empregados que ganham até 2 000 cruzados em até 20%. A Torky, também de São Paulo, foi além e concedeu 36% de aumento real para os seus setenta trabalhadores. É verdade que nem todos esses aumentos representam um impulso violento nos custos das empresas nem obrigam a uma elevação no preço de suas mercadorias. "Essas concessões salariais aos empregados demonstram que algumas indústrias também tinham sua gordura para cortar", diz um ministro do governo Sarney.

GANHO REAL — Ocorre que, hoje, a economia cresce a um ritmo de 7% e as vendas do comércio deram um salto de 25% em relação ao ano passado — e tudo isso conspira para jogar os salários e os preços para cima — e o Plano Cruzado para baixo. De um ano para cá, o salário médio na indústria sofreu uma elevação real de 35% e, em alguns postos do comércio, como o de faturista, o mesmo emprego garante, este ano, uma renda 69% maior do que em 1985. "Nas greves atuais, ninguém está pedindo para repor os salários", afirma o ministro do

Trabalho, Almir Pazzianotto. "Acontece que os ganhos de alguns empregados subiram, e os demais querem equiparação."

Nesse quadro, os salários sobem por vários caminhos. Quem ganhava bem, e pagava muito imposto de renda, beneficiou-se com a redução do imposto na fonte, medida que aumentou sua disponibilidade para gastar, em até 40%. Quem ganhava menos também melhorou de vida, pois a oferta de emprego também subiu. Numa das mais pobres categorias do país, a construção civil, o servente de pedreiro recebia, até alguns meses atrás, um ordenado de 1 080 cruzados. Agora, com o aquecimento das obras, as placas que oferecem um posto de trabalho anunciam 1 440 cruzados — uma elevação de 33%. Nessa situação, sobra mais dinheiro no bolso da população e ela se inclina a queimá-lo rapidamente em vista das vantagens trazidas, de um lado, pelo congelamento e, de outro, pela eliminação das brutais taxas de juros nas compras a prestação. Em decorrência dessa conjunção de fatores favoráveis, o consumo explodiu, permitindo que os brasileiros comprassem 25% mais de eletrodomésticos e 53% mais de automóveis que no ano passado — colocando em movimento a roda que pressiona os preços e a inflação para o alto. Aumentos de salário agora, sobre esses ganhos já conquistados, teriam o condão de multiplicar ainda mais amassa real de dinheiro na mão dos trabalhadores com a consequência esperada: acelerar ainda mais o movimento da roda, que o governo quer fazer girar na direção inversa.

CONTRA-ATAQUE — Os sindicalistas, surdos à argumentação do governo em relação ao risco inflacionário, flexionam seus organismos de classe para o combate e traçam suas estratégias para aplicação na queda-de-braço.

"Nossa regra é simples", afirma o líder da Central Geral dos Trabalhadores, Joaquim dos Santos Andrade. "Paramos onde as empresas não têm mais estoques," Beneficiados pela lei da oferta e da procura, que, no mercado de trabalho, joga agora a seu favor, os trabalhadores convivem com o menor nível de desemprego desde 1980 — e, naturalmente, procuram tirar dessa situação todo o potencial que ela carrega para auxiliá-los na briga por melhorias. "Parando empresa por empresa, temos mais chance de conseguir mais", calcula Jair Meneguelli, presidente da CUT.

De olho no inquérito de Leme, que começou mal e não se sabe onde vai parar, e preocupado com as greves que ameaçam seu maior trunfo político e econômico, o Plano Cruzado, o presidente Sarney deverá ter em mãos ainda esta semana um plano para enfrentar os sindicatos. A idéia nasceu na quarta-feira passada, ao final de uma reunião no gabinete do general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações. Na presença do chefe do Gabinete Civil, ministro Marco Antônio Maciel, de Dilson Funaro, João Sayad, do Planejamento, José Hugo Castelo Branco, da Indústria e Comércio, e Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, o ministro Almir Pazzianotto armou o contra-ataque do governo. "Os sindicatos são filhos bastardos e agem como tal", afirmou Pazzianotto, no início da reunião. "Criticom o governo mas afinam a voz na hora de pedir dinheiro público."

Tendo, como campo de visão, a agitação das fábricas e, como alvo principal, as 1 000 entidades controladas pela CUT e pelo PT, o governo tem a intenção de atingir os sindicatos em seu ponto mais sensível — o imposto sindical, dinheiro subtraído todos os anos dos ganhos de cada empregado, equivalente a um dia de seu salário, e depois utilizado para sustentar as 7 000 entidades sindicais em funcionamento no país. Numa outra medida que, se for levada à prática, rompe com uma situação criada pela ditadura do Estado Novo, o governo planeja estabelecer o pluralismo sindical — regime pelo qual uma categoria tem o direito de criar tantos sindicatos quanto queira numa mesma região, como ocorre na França ou na Itália, por exemplo, em vez de uma única entidade reconhecida em lei, como acontece hoje no Brasil. "Da mesma forma que, no passado, se promoveu a reforma partidária, chegou o momento de se promover a reforma dos sindicatos", afirma Pazzianotto. "O governo não tem motivos para ficar

tutelando os trabalhadores." Como pluralismo, o governo dividiria a força dos sindicatos, pulverizando sua capacidade de ação. Com o corte do imposto sindical, aplicaria um golpe no bolso dos sindicalistas.

GOLPE MORTAL — Apoiado nessas armas, o governo reforça sua própria musculatura para negociar com os sindicatos — em troca da calma exigida pelo Plano Cruzado. É certo que, nos dias de festa, tanto a liderança da CUT como a da CGT sempre condenaram o imposto sindical como uma forma de intromissão do governo no funcionamento das entidades. Ocorre que, sem esse dinheiro que o governo retira dos empregados e depois deposita na conta bancária das entidades que os representam, a esmagadora maioria dos sindicatos teria de fechar as portas — ou passar a funcionar com uma magra arrecadação direta entre seus associados. O fim do imposto seria um golpe mortal nos sindicatos que se dedicam ao assistencialismo, formando uma clientela em troca de serviços médicos — mas também teria um efeito pesado sobre a CUT.

Até a entidade dos bancários de São Paulo, verdadeira cidadela da agitação que investiu milhões de cruzeiros por dia na greve nacional do ano passado, teria a perder e provavelmente enfrentaria dias amargos em regime de austeridade. Na região do ABC, em São Paulo, o mais encorpado domínio dos operários na indústria brasileira, o efeito seria idêntico. "Sempre quisemos o fim do posto", afirma Jair Meneguelli. "Mas não se pode exterminá-lo assim, de uma hora para outra." Enfim, ao acenar com seu pacote sindical, o governo parece ter acertado em algum ponto nevrálgico das organizações de trabalhadores que lhe fazem frente. E com esse pacote na mão que chamará para a mesa de negociações os representantes dos trabalhadores. Com isso, deixa claro um rumo a seguir, em direção ao contra-ataque.

(Páginas 28, 29, 30, 32, 33 e 34)